

A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA

Bernardo Maçano Fernandes

Departamento de Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista – Unesp - Campus de Presidente Prudente - São Paulo – Brasil – bmf@prudente.unesp.br

Trabalho organizado para apresentação no
XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos
Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

Introdução

No Brasil, a ocupação tornou-se uma importante forma de acesso à terra. Nas últimas décadas, ocupar latifúndios tem sido a principal ação da luta pela terra. Por meio das ocupações, os sem-terra espacializam a luta, conquistando a terra e territorializando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Nosso objetivo, neste trabalho, é analisar essa extraordinária forma de luta popular, o seu significado para a atual política de assentamentos rurais e as ações do governo federal na tentativa de impedir a territorialização da luta pela terra, desenvolvida pelo MST e por outros movimentos sociais. Nesse contexto, faço uma construção analítica desses processos de (re) criação do campesinato a partir dessas formas de luta e resistência contra a exploração e a exclusão.

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

Ao apresentar a ocupação como forma de acesso à terra, compreendo-a como uma ação de resistência inerente à formação camponesa no interior do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo, porque

“o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas. (Oliveira, 1991, p. 20)”

Nessa realidade em que se desenvolve a criação e a recriação, acontece a exclusão no processo de *diferenciação do campesinato*. Esse processo não leva necessariamente à proletarização ou à transformação do camponês em capitalista, causando a denominada *desintegração do campesinato* (Lênin, 1985, p. 35 e Kautsky, 1986, p. 149). Leva também à recriação do campesinato por diferentes formas. Uma é pela *sujeição da renda da terra ao capital*, que acontece ante à *“subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. e, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física.”* (Oliveira, 1991, p. 11). Desse modo, o movimento de formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão e pela geração das condições de realização do trabalho familiar na criação,

destruição e recriação das relações sociais como a propriedade camponesa da terra, a posse, o arrendamento, a meação e a parceria.

Outra forma de recriação do campesinato é por meio da ocupação da terra. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. Da mesma forma, na realidade brasileira, o capital em seu processo contraditório de reprodução das relações não – capitalistas, não recria na mesma intensidade com que exclui. Assim, por meio da ocupação da terra os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e se subordinando a ele, porque ao ocuparem e conquistarem a terra se reinserem na *produção capitalista das relações não capitalistas de produção.* (Martins, 1981).

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes.

Pela não realização da reforma agrária, a ocupação de terra tem se tornado uma importante forma de acesso á terra. Nesse sentido, no desenvolvimento deste texto, apresento dados de alguns estados sobre a origem dos assentamentos na intensificação da luta pela terra. A ocupação da terra é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. Nas duas últimas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas. Essa realidade exige ensaios teóricos que contribuam para a compreensão desse fenômeno. Criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam. É condenar famílias sem-terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras. É aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração da terra.

A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice e versa. Evidente que esses processos não são lineares, tampouco separados e contém a contradição porque na territorialização de um está contida a produção e a reprodução de outro. No interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar. Da territorialização do campesinato produzem-se o trabalho assalariado e o capitalista. Os avanços e recuos desses processos pelo território são determinados por um conjunto de fatores políticos e econômicos. Desse modo, destaco alguns que foram condicionantes para a formação da atual questão agrária.

O modelo de desenvolvimento agropecuário implantado, desde a década de 1960, gerou a intensificação da concentração fundiária, a expropriação e a expulsão de milhões de famílias. Nesse processo de exclusão, os trabalhadores intensificaram a luta pela terra. A elaboração e não realização de políticas de reforma agrária como o Estatuto da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária são partes desse conjunto de fatores condicionantes. Portanto, quanto mais se intensificam a expropriação e a exploração, mais cresce a resistência. Nessa realidade, a ocupação da terra é criação dos trabalhadores sem-terra para a sua própria ressocialização.

A ocupação é conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital. É um processo socioespacial e político complexo desenvolvido como forma de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra. Neste sentido, apresento este ensaio teórico, discutindo algumas das principais noções e conceitos aprendidos ou construídos a partir da leitura bibliográfica e da realidade estudada, com o objetivo de contribuir para com a compreensão da questão agrária brasileira.

1 - O trabalho de base, a espacialização e a negociação

Primeiro é preciso compreender que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas que atenuam os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência à esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação.

Na formação do MST, os sem-terra criaram distintas metodologias de luta. São procedimentos de resistência desenvolvidos na trajetória da luta. Essas ações são diferenciadas em todo o Brasil. Na espacialização da luta pela terra, os espaços de socialização política podem acontecer em momentos distintos, com maior ou menor frequência. Os acampamentos são de diversos tipos: permanente ou determinado a um grupo de família. As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras. Os elementos que compõem as metodologias são a formação, a organização, as táticas de luta e negociações com o Estado e os latifundiários, que têm como ponto de partida o trabalho de base. As Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, os sindicatos de trabalhadores rurais, as escolas e as próprias moradias são alguns dos principais lugares e espaços sociais, onde se realizam as reuniões dos trabalhos de base.

Os trabalhos de base podem ser resultados da espacialização e ou da espacialidade da luta pela terra. Nascem sempre da própria necessidade das

comunidades. A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território. Desse modo, os trabalhos de base podem ser organizados por pessoas que vieram de outro lugar, onde construíram as suas experiências. Por exemplo: um ou mais sem-terra de um estado que se deslocam para outras regiões do país para organizar famílias sem-terra. E, dessa forma, vão criando o Movimento na sua territorialização. A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim iniciam a luta pela terra construindo suas experiências.

Portanto, os trabalhos de base são realizados em diferentes lugares e em distintas condições. Acontecem por meio da construção do espaço de socialização política. Esse espaço possui três dimensões: espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. A primeira é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões. É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos. Sabem o porquê de estarem naquele lugar. Os motivos são a necessidade e o interesse que juntos a revolta e a indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. É o início de uma experiência de transformação de suas realidades. Outra dimensão é o espaço interativo. Esta, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da terra. No desenvolvimento dessas práticas e dessa lógica, constrói-se uma forma de organização social.

O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida associadas ao desenvolvimento da questão agrária. Assim, a vida é experimentada como produtora de interações. Fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado.

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito da participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem. Devem decidir também sobre qual terra ocupar, onde ocupar. Os latifúndios são muitos, não há dificuldade em encontrá-los. Há várias fontes de informações sobre a localização das terras que não cumprem com sua função social. Desde o conhecimento que as comunidades possuem dos inúmeros latifúndios, pelos quais muitas vezes estão cercadas, até informações conseguidas nas diversas instituições governamentais ou não governamentais que trabalham com a questão agrária. Definida a terra, falta somente a decisão de quando ocupar. Ocupando, é dessa forma, que os trabalhadores sem-terra vêm a público, dimensionam o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de lutas e resistência, quando ocupam a terra ou acampando nas margens das rodovias.

Participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples, afinal mais do que experiência, significa transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo. Para superar o medo é preciso confiança nas pessoas que compõem e coordenam o Movimento. Assim, uma liderança tem a responsabilidade de ao defender a ocupação, apresentar idéias e referências que permitam a superação das dúvidas. São os argumentos desenvolvidos nas reuniões dos trabalhos de base, no dimensionamento do espaço de socialização política. Desse modo, os coordenadores, os padres, os sindicalistas tornam-se importantes referências para os trabalhadores indecisos. Outra forma de convencimento é a visita aos acampamentos e aos assentamentos, ou quando assentados dão testemunhos de suas lutas. Todavia, muitos ficam na espreita e vão para o acampamento depois de efetivada a ocupação. Essas atitudes acabam gerando um debate interno, quando muitas famílias reclamam pelo fato de se sentirem *boi de piranha*. Há também os que são chamados de *andorinhas*, que são os que aparecem vez ou outra no acampamento. Esses são a expressão da indecisão ou do oportunismo. Há, também, aqueles que participam de vários grupos de família, assistem a realização de várias ocupações, até decidirem-se por ocupar.

As reuniões realizadas nos trabalhos de base são espaços geradores de sujeitos construindo suas próprias existências. Essas reuniões podem durar um, três, seis meses ou até anos, dependendo da conjuntura. Podem envolver um município, vários municípios de uma microrregião, vários municípios de várias microrregiões, ou até mais de um estado em áreas de fronteira. Nos anos da ditadura, essas reuniões precisavam ser feitas com bastante sigilo por causa da repressão. Com a territorialização da luta e aumento da participação das famílias, essas reuniões se multiplicaram, deixando de ser reuniões com dezenas para contar com centenas de famílias. Esse crescimento também trouxe problemas. Policiais e jagunços passaram a se infiltrar nas reuniões para espionar o desenvolvimento e o irrompimento da luta. Esses espiões muitas vezes não são descobertos e a ocupação acaba sendo frustrada. Para evitar esse fato, as lideranças passaram a informar aos coordenadores de grupos de famílias o dia e lugar das ocupações horas antes de suas realizações. Por outro lado, o crescimento das ocupações é decorrente não só da organização dos sem-terra, mas também do aumento das formas de apoio. Cada vez mais, as famílias que participam dessas reuniões recebem apoio das comunidades urbanas e dos assentados, bem como das prefeituras que cedem transporte para participarem, inclusive, da ocupação.

Durante esse processo procuram negociar com o Estado o assentamento das famílias. Promessas e compromissos que na maior parte das vezes não se realizam são sempre as respostas que obtêm. No conhecimento das experiências aprenderam que devem construir as condições necessárias para conquistar a terra, participando da formação do Movimento compreendido pela criação de comissões, núcleos, setores, coordenações. São partes da forma de organização em movimento. Cada uma composta por grupos de pessoas responsáveis pelas diversas necessidades das famílias. A começar pela alimentação e na preocupação de ter escola para as crianças, para os jovens e os adultos. Criam comissões de negociação para acompanhar o andamento do problema junto às instituições e informar a sociedade sobre seus atos; núcleos e coordenações para manter o acampamento informado e organizado; setores de educação e saúde entre outros. No MST, esses trabalhos são realizados por diversos setores, tendo o setor de Frente de Massa como o responsável pelo trabalho de base e desenvolvimento das ações.

Os trabalhadores sem-terra são os principais sujeitos desse processo. Desde o princípio da luta recebem o apoio de diferentes instituições, por meio de alianças que formam uma articulação política. As instituições envolvidas defendem a ocupação como forma de acesso à terra. Nos vinte anos da formação do MST, em diferentes conjunturas, recebeu ou tem recebido apoio da Comissão Pastoral da Terra, – CPT, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, do Partido dos Trabalhadores – PT, de outros partidos políticos e de diversas outras organizações. Todavia, a relação na articulação sempre gerou um embate político, por causa das diferentes concepções das atribuições que as partes das alianças têm no desenvolvimento da luta pela terra. Algumas das questões do embate são relativas à autonomia dos trabalhadores. Muitas vezes, as organizações tentaram interferir nas decisões dos trabalhadores, não distinguindo as respectivas competências. Isso acontece, por exemplo, quando pretenderam coordenar as lutas, tentando representar os trabalhadores, defendendo que o MST devesse apenas apoiar os sem-terra, quando na verdade os sem-terra são e fazem o Movimento.

O embate também acontece por causa das diferentes concepções de luta. Estas são extremamente diferenciadas em todas as regiões do país. Há concepções favoráveis à posturas defensivas, outras que defendem posturas ofensivas na realização das ocupações, compreendidas como diferentes formas de resistência à ação das polícias e dos pistoleiros. As posturas mais defensivas sustentam o não enfrentamento, optando apenas pela negociação, enquanto as ofensivas sustentam a negociação e o enfrentamento. A superação do embate acontece pelo reconhecimento da autonomia dos trabalhadores e das competências de cada instituição. Na formação do MST, essa superação foi possível depois de rompimentos e retomadas das relações, por meio das lições construídas nas lutas. De diferentes formas, persistiu sempre a concepção que ocupar é a solução. Esse foi, para todas as organizações envolvidas na luta, um processo de aprendizagem.

Até meados dos anos 90, os sem-terra enfrentaram essa questão. Depois de anos de embate, as instituições reconheceram as experiências e a autonomia dos sem-terra. Assim esses camponeses sem-terra falam suas próprias linguagens, conquistando o respeito e a admiração de alguns e a aversão de outros. Foi a luta incessante pela autonomia política que muito contribuiu para a espacialização e a territorialização do MST pelo Brasil. Nesse sentido, o MST não é resultado de uma proposta política de um partido, não é fruto de uma proposta da Igreja, nem do movimento sindical. Embora tenha recebido apoio da conjugação dessas forças políticas. O MST é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção. O Movimento é fruto dessa realidade e não das instituições.

2 - Processos de ocupação: tipos e formas - espacialização e territorialização

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros¹ e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira ocorrem os processos de expropriação desses camponeses, desenvolvidos principalmente pela grilagem de terra, por latifundiários e

¹ Posseiro é o camponês que possuindo a terra não é proprietário. Para ser proprietário é preciso ter a posse e o domínio, por meio de uma certidão de propriedade, que no Brasil é conhecida como escritura.

empresários. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração - terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário, o empresário estão.

Desde meados da década de 1980, quando o MST se territorializou pelo Brasil afora, os trabalhadores sem-terra juntos com os posseiros, os pequenos proprietários, meeiros, rendeiros e parceiros – intensificaram o processo de formação do campesinato brasileiro. A intensificação das ocupações de terra causou grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária. Esses trabalhadores de origem rural ou urbana, estão lutando pela terra em todas as grandes regiões. Para compreender melhor esse processo, analiso os tipos e formas de ocupações realizadas pelos sem-terra.

Tomando como referência à abordagem analítica em *Ocupações de terras por camponeses*, de Eric Hobsbawm, procuro refletir sobre a questão das ocupações. Nesse trabalho, o autor utilizando a expressão tipo, abordou o componente *terra*. Neste ensaio utilizo outros componentes, como *famílias* e *experiências*. Desse modo, os tipos de ocupação, portanto, estão relacionados à propriedade da *terra*: pública, capitalista, de organizações não governamentais; às formas de organização das *famílias* e aos tipos de *experiências* que constroem. Desse modo, trabalho com as expressões tipos e formas, procurando entender os processos de desenvolvimento da ocupação de terra. Neste contexto também procuro aprofundar minhas reflexões a respeito dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra.

Hobsbawm, destaca três tipos de ocupações: a) *recuperación* ou terras de trabalho reconquistadas – que estavam ocupadas há décadas por camponeses, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação das famílias camponesas; b) *terras devolutas*, quando os camponeses ocupam terras pertencentes ao Estado, em áreas de fronteira, e cujas terras passam a ser griladas por latifundiários, e c) *ocupação de latifúndios*. Nesse estudo, Hobsbawm preocupou-se, principalmente, com as ocupações do primeiro tipo, que também têm relevância no Brasil, especialmente na Amazônia, onde parte das terras de posseiros foi apropriada e grilada pelos latifundiários e empresários. Contudo, no nosso país predominam as ocupações de terras devolutas e ou públicas, e as ocupações de latifúndios, que têm sido importantes formas de acesso à terra.

Com referência a forma de organização dos grupos de famílias, há dois tipos: *movimentos isolados* e *movimentos territorializados*. Os movimentos territorializados são construídos pelos trabalhadores e suas estruturas podem ter duas formas: movimento social ou movimento sindical. Esses movimentos recebem apoios de diferentes instituições em conjunto ou em separado. As formas de apoio são política e econômica e acontecem por meio de articulações e ou alianças. O movimento social pode receber apoio e ou estar vinculado a alguma pastoral da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra ou Pastoral Rural. Da mesma forma, pode receber apoio de centrais sindicais, partidos e organizações não governamentais. Essas são as instituições que têm apoiado a luta pela terra, principalmente as ocupações. O movimento sindical, igualmente, pode receber apoio dessas instituições através de articulações e ou alianças).

Os significados de movimentos isolados e movimentos territorializados têm como referência o *a organização social* e o *espaço geográfico*. Compreendo como isolado, o movimento que se organiza em uma base territorial determinada. Que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes aos movimentos. Ou seja, nascem em diferentes pontos do espaço geográfico, em lutas de resistências. Brotam em terras de latifúndios através da espacialidade da luta. Construindo, dessa forma, a sua territorialidade, compreendida como processo de reprodução de ações características de um determinado território. O movimento social territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Um bom exemplo de movimento socioterritorial é o MST.

Os movimentos sociais isolados são aqueles que se organizam em um município ou um pequeno conjunto de municípios, para efetivar uma ocupação. Esses movimentos recebem apoios de uma ou mais paróquias, por meio ou não das pastorais, de sindicatos, de partidos etc. Todavia, sua base territorial está limitada pela ação do movimento. Superando essa condição, pode vir a ser um movimento territorializado, organizando ações para além de sua base territorial de origem ou se vincular a uma organização territorializada. Foi desse modo que os recentes movimentos sociais de luta pela terra se desenvolveram.

Sem a superação de sua circunstância, os movimentos isolados se extinguem. A perspectiva da territorialização está relacionada com sua forma de organização sociopolítica. Quando esses movimentos são resultados de interesses imediatos da comunidade, defendidos por lideranças personalistas, que criam relações de dependência, a tendência é o esgotamento do movimento. Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não seja apenas resolver o próprio problema, mas inserir-se no processo de luta, e as lideranças promovem espaços de socialização política, para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é de desenvolvimento da forma de organização, espacialização e territorialização. Dessa forma, amiúde, trabalham não somente com o próprio problema, mas carregam a dimensão da luta pela terra, organizando novos grupos de famílias, inaugurando novos lugares, espacializando e territorializando o movimento e a luta. Todo movimento socioterritorial nasce de um ou mais movimentos sociais isolados.

Neste sentido, pode-se afirmar que os movimentos socioterritoriais possuem uma dimensão política que supera os limites dos problemas do cotidiano e das questões do lugar. Para que um movimento se territorialize é necessária a compreensão da lógica da sociedade capitalista, das suas desigualdades e contradições. A territorialização, neste caso, significa ir além tanto no espaço, quanto no tempo, sempre na perspectiva de construção de uma nova realidade.

As ocupações podem ser desenvolvidas por meio dos seguintes tipos de experiências: *espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e espacializadas*. As experiências são sempre formas de luta e resistência, porque inauguram um espaço, na luta pela terra, que é o acampamento. Com relação a quantidade de famílias envolvidas, podem ser em pequenos ou grandes grupos.

As ocupações isoladas e espontâneas acontecem, majoritariamente por pequenos grupos, numa ação singular de sobrevivência, quando algumas famílias ocupam uma área sem configurarem uma forma de organização social. Entram na terra em grupos e então, pela própria necessidade passam a constituir um movimento social. O caráter da espontaneidade está no fato de não haver uma preocupação anterior em se construir uma

forma de organização, o que acaba por acontecer, ou não, no processo de ocupação. Essas ocupações podem resultar em um movimento social isolado.

As ocupações isoladas e organizadas são realizadas por movimentos sociais isolados de um ou mais municípios. A predominância é de formação de pequenos grupos, mas também ocorrem ocupações massivas. As famílias formam o movimento antes de ocuparem a terra. Organizam *trabalhos de base*, realizando várias reuniões até a consumação do fato. As tendências desses movimentos são: findarem depois da conquista da terra ou transformar-se em movimentos territorializados. Esses dois tipos de ocupação são frutos da espacialidade e da territorialidade da luta pela terra.

Esses tipos diferem das ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais, que executam *ocupações organizadas e espacializadas*. Estes são conhecimentos resultantes de experiências trazidas de outros lugares. Estão contidos em um projeto políticos mais amplos e podem fazer parte de uma agenda de lutas. O significado de espacialização tem como referência a participação de trabalhadores, que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões, e como militantes espacializam essas experiências, trabalhando com a organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território – o assentamento – a terra de trabalho. É nesse processo que se formam, num refazendo constante ou, para usar uma expressão de Thompson (1987), *fazendo-se em* movimentos sociais, construindo seus espaços e seus tempos, transformando suas realidades.

Com o diagrama abaixo procuro ilustrar as idéias apresentadas nesta análise.

<p>Processos de ocupação de terra: tipos e formas Componentes constitutivos</p>
--

Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta.

A experiência da ocupação no processo de territorialização é um aprendizado. É da construção de conhecimentos nas realidades dos grupos de famílias e das lutas de referências que aprendem a fazer as suas lutas. *Lutas de referências* são aquelas que lhes são relatadas ou que conheceram. Os movimentos socioterritoriais, em seus processos de formação, multiplicaram suas ações e passaram a fazer várias ocupações num pequeno espaço de tempo ou ao mesmo tempo. E no entretanto dos processos de negociação dessas ocupações para implantação de assentamentos, fazem novas ocupações, num contínuo de espacialização e territorialização. Por essa razão, definimos

o entretanto *como um importante intervalo de tempo, quando no enquanto de uma luta começa a nascer outra*. Desse modo, é possível intensificar o número de ocupações, mobilizando e organizando cada vez mais famílias. Nesse sentido, a ocupação é um processo socioespacial, é uma ação coletiva, é um investimento sociopolítico dos trabalhadores na construção da consciência da resistência no processo de exclusão. E dessa forma multiplicam-se as ocupações e o número de famílias participantes.

O processo de territorialização fortaleceu os movimentos porque possibilita a espacialização das experiências, que muito contribui para o avanço da luta em outros estados e regiões. Experiências espacializadas agilizam a organização porque os grupos de famílias trabalham desde as experiências vividas e avaliadas. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referências outras lutas e conquistas. Assim, ao consumarem suas conquistas, territorializando-se, terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento. Dessa forma, vão construindo suas histórias, suas existências.

No curso das experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Essas acontecem em separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações em frente às agências bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Igualmente expõem suas realidades, recebendo apoio e críticas da opinião pública e de diversos setores da sociedade. As caminhadas e marchas são formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtoras de espacialidades.

Pelo desenvolvimento dos procedimentos das práticas de lutas, nos processos de espacialização e territorialização, é possível definir dois tipos de ocupação: *ocupação de uma área determinada* e *ocupação massiva*. A principal diferença desses tipos está no fato que no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias. Dependendo do tamanho da área pode ser uma ocupação de pequenos grupos ou até numerosos grupos, massificando a luta. No segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias.

No primeiro tipo a ocupação é realizada com o objetivo de conquistar somente a área ocupada. Portanto, as famílias são mobilizadas e se organizam para reivindicarem a terra ocupada. Havendo famílias remanescentes, iniciam uma nova luta para se conquistar uma outra área. Cada ocupação resulta na conquista de um assentamento. A lógica da organização das famílias é mobilizar conforme as áreas reivindicadas. Essa lógica muda com as ocupações massivas. Nesse caso, os sem-terra superaram a condição de ficarem limitados ao tamanho da área reivindicada. O sentido da ocupação deixou de ser somente pela conquista de uma determinada área, e passou a ser o assentamento de todas as famílias, de modo que uma ocupação pode resultar em vários assentamentos. Essa forma de organização intensificou a territorialização da luta. O critério principal para assentar as famílias não é mais o limite territorial, mas o tempo e as formas em que as famílias participam da luta. A ocupação transformou-se numa luta contínua pela terra, num refazendo constante, conforme as famílias vão sendo assentadas, novas famílias unem-se as famílias em luta. Assim, conforme vão conquistando frações do território, vão somando mais grupos de famílias aos grupos de famílias remanescentes.

Uma ocupação de uma área determinada pode se transformar em uma ocupação massiva, não só pela quantidade de famílias que participam, mas por causa do desdobramento da luta. Isso acontece quando, depois da conquista da terra reivindicada,

passa-se a ter conhecimento de um conjunto de áreas que podem ser conquistadas e da perspectiva de se reunir diversos grupos de famílias em uma mesma ocupação. Desse modo, é importante destacar que a massificação não tem só o sentido de quantidade, mas também o de qualidade. Este é determinado pelo dimensionamento do espaço de socialização política, principalmente no fortalecimento do espaço interativo, que acontece por meio da difusão de núcleos, setores e comissões, de modo a fortalecer o movimento. Nesses espaços, as famílias passam a trabalhar mais intensamente suas necessidades e perspectivas, como alimentação, saúde, educação, negociação etc.

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outros interesses que possam impedir o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores². Assim, os critérios de seleção das famílias a serem assentadas não podem ficar restritos a procedência das famílias. As pessoas que compõem as comissões de seleção precisam considerar como critério, entre os determinados pelo governo³, a história da luta.

Na execução das ocupações, os sem-terra podem realizar diferentes formas de estabelecimento na terra. Há experiências em que ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando a desapropriação da área. Há experiências em que ocupam a terra, dividem em lotes e começam a trabalhar, noutras demarcam uma única área e plantam coletivamente. Essas práticas são resultados do desenvolvimento da organização dos sem-terra. São formas de resistência que colocam em questão a terra de trabalho contra a terra de exploração.

Os processos de espacialização e territorialização diminuem e podem terminar quando as famílias sem-terra conquistam os latifúndios de um ou mais municípios⁴. Encerra-se assim o que chamamos de ciclo das ocupações. Esse ciclo inicia-se com as primeiras ocupações e dura o tempo que existir terra para ser ocupada.

Por mais que se tenha um planejamento, a espacialização da luta por meio da ocupação da terra é sempre um devir. Possui o sentido das possíveis transformações incessantes, quando as conjunturas construídas, dissolvem-se e ou relacionam-se, formando novas conjunturas, superando-se ou retrocedendo. Portanto, por mais que os sem-terra tenham construído experiências diversas, a espacialização de uma ocupação nunca é um fato completamente conhecido, tampouco desconhecido.

3 - Os acampamentos: espaços de lutas e resistência

Ser acampado é ser sem-terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação da realidade. O acampado é o sem-terra que tem por objetivo ser um assentado. São duas categorias em uma identidade em formação.

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São formas de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de

² Como por exemplo o Decreto 35.852 do Governo do Estado de São Paulo. Em seu artigo 1º, § 1º determina que as famílias não residentes há pelo menos dois anos na região, não podem ser assentadas.

³ Entre os critérios determinados pelo governo estão: ser trabalhador rural, não ser proprietário de terra, não ser funcionário público etc.

⁴ Raros exemplos são os municípios de Mirante do Paranapanema – SP, Ronda Alta – RS e Pontão – RS, onde os sem-terra conquistaram a maior parte dos latifúndios.

resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças. Também podem ser as primeiras ações das famílias ou podem ser a reprodução dessa ação por diversas vezes. Há experiências em que o acampamento é lugar de mobilização para pressionar o governo na desapropriação de terras. Todavia, em suas experiências, os sem-terra compreenderam que acampar sem ocupar, dificilmente leva a conquista da terra. A ocupação da terra é um trunfo nas negociações. Muitos acampamentos ficaram anos nas beiras das rodovias sem que os trabalhadores conseguissem ser assentados. Somente com a ocupação, obtiveram êxito na luta.

A primeira vista, os acampamentos parecem ser ajuntamentos desorganizados de barracos. Todavia possuem determinadas disposições conforme a topografia do terreno e as condições de desenvolvimento da resistência ao despejo e das perspectivas de enfrentamento com jagunços. Podem estar localizados em fundos de vale ou nos espigões. Os arranjos dos acampamentos são predominantemente circulares ou lineares. Nesses espaços existem lugares onde, muitas vezes, os sem terra plantam suas hortas, onde estabelecem a “escola” e “a farmácia”, bem como o local das assembléias

Ao organizar um acampamento, os sem-terra criam diversas comissões ou equipes, que dão forma à organização. Participam famílias inteiras ou parte de seus membros, que criam as condições básicas para a manutenção das suas necessidades: saúde, educação, segurança, negociação, trabalho etc. Dessa forma, os acampamentos, freqüentemente, têm escolas, ou seja barracos de lona em que funcionam salas de aula, principalmente as quatro primeiras séries do ensino fundamental; tem um barraco que funciona como uma “farmácia” improvisada e quando dentro do latifúndio, plantam em mutirão para garantirem parte dos alimentos que necessitam, quando na estrada, plantam entre a rodovia e a cerca. Quando próximos de assentamentos, os acampados trabalham nos lotes dos assentados, como diaristas ou em diferentes formas de meação. Também vendem sua força de trabalho como bóias-frias para usinas de álcool e açúcar ou outras empresas capitalistas, ou para pecuaristas.

Na década de 1980, os acampamentos recebiam alimentos, roupas e remédios, principalmente, das comunidades e de instituições de apoio à luta. Desde o final dos anos 80 e o início da década de 1990, com o crescimento do número de assentamentos, estes também passaram a contribuir com a luta de diversas formas. Muitos cedem caminhões para a realização das ocupações, tratores para preparar a terra e alimentos para a população acampada. Esse apoio é mais significativo quando os assentados estão vinculados a uma cooperativa. Essa é uma marca da organicidade do MST. Com o crescimento do apoio das comunidades, das instituições, dos assentamentos e com a consolidação do MST, os sem-terra conseguiram intensificar o número de ocupações e desenvolver a resistência, de modo a realizar dezenas de ocupações simultâneas.

Na segunda metade da década de 1990, em alguns estados, o MST começou uma experiência que denominou de acampamento permanente ou acampamento aberto. Esse acampamento é estabelecido em uma região, onde existem muitos latifúndios. É um espaço de luta e resistência para onde as famílias de diversos municípios se dirigem e se organizam. Desse acampamento permanente, os sem-terra partem para várias ocupações, para onde podem se transferir ou, em caso de despejo, retornarem para o acampamento. Também conforme vão conquistando a terra, vão mobilizando e organizando novas famílias que passam a compor o acampamento. Como afirmamos, o acampamento acontece no processo de espacialização da luta, inaugurando a

territorialização. Ao organizarem a ocupação da terra, os sem-terra promovem uma ação concreta de repercussão imediata. Essa ação é política e se efetiva como ato de resistência, como condição para negociação, cujos desdobramentos estão condicionados a origem do fato. A ocupação coloca como questão a propriedade capitalista da terra, no processo de criação da propriedade familiar.

O acampamento é lugar de mobilização constante. Além de espaço de luta e resistência é também espaço interativo e espaço comunicativo. Essas três dimensões do espaço de socialização política desenvolvem-se no acampamento em diferentes situações. No início do processo de formação do MST, na década de 1980, em diferentes experiências de acampamentos, as famílias partiam para a ocupação somente depois de meses de preparação nos trabalhos de base. Desse modo, os sem-terra visitavam as comunidades, relatavam suas experiências, provocavam o debate e desenvolviam intensamente o espaço de socialização política em suas dimensões comunicativa e interativa. Esse procedimento possibilita o estabelecimento do espaço de luta e resistência de forma melhor organizada, pois as famílias são conhecedoras dos tipos de enfrentamentos da luta. Durante seu processo de formação, pela própria demanda da luta, o MST construiu outras experiências. Assim, nos trabalhos de base não se desenvolveram as dimensões interativas, que passou a acontecer no espaço de luta e resistência. E ainda, quando há um acampamento permanente ou aberto, as famílias podem iniciar-se na luta inaugurando o espaço comunicativo, desenvolvendo o espaço interativo no espaço de luta e resistência. É o caso de quando os sem-terra estão lutando pela conquista de várias fazendas e as famílias vão se somando ao acampamento, quanto outras vão sendo assentadas.

No acampamento, os sem-terra fazem periodicamente análises da conjuntura da luta. Essa leitura política é facilitada para os movimentos socioterritoriais porque estão em contato permanente com suas secretarias, de modo que podem fazer as análises a partir de referenciais políticos amplos, como por exemplo as negociações que estão acontecendo nas capitais dos estados e em Brasília. Assim, associam formas de luta local com as lutas nas capitais. Ocupam a terra diversas vezes como forma de pressão para abrir a negociação, fazem marchas até as cidades, ocupam prédios públicos, fazem manifestações de protestos, reuniões etc. Pela correspondência entre esses espaços de luta no campo e na cidade, sempre há determinação de um sobre o outro. As realidades locais são muito diversas, de modo que tendem a predominar nas decisões finais as realidades das famílias que estão fazendo a luta. Dessa forma, as linhas políticas de atuação são construídas a partir desses parâmetros. E as instâncias representativas do MST carregam essa espacialidade e essa lógica, pois um membro da coordenação ou da direção nacional participa do processo desde o acampamento até as escalas mais amplas: regional, estadual e nacional.

Com essas ações que contam com o apoio das articulações políticas, os sem-terra procuram mudar a conjuntura para desemperrar o processo de negociação. Todavia, nem sempre conseguem modificar a conjuntura. Quando as negociações chegam no impasse, acontecem os conflitos violentos, como por exemplo: a Praça da Matriz, em Porto Alegre e o massacre em Eldorado dos Carajás⁵.

Todos os acampamentos têm suas histórias nas lutas das famílias sem-terra. Vale destacar pelo menos dois dos acampamentos históricos do processo de formação e territorialização do MST: o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta no Rio grande do Sul, e o acampamento dos capuchinhos, em Itamaraju na Bahia. Esses acampamentos sofreram as mais diversas formas de pressão do governo e dos

⁵ Ver a respeito, Fernandes, 2000.

latifundiários, mas persistiram e conquistaram a terra. Hoje são referências e exemplos de resistência. Garantir a existência do acampamento, por meio da resistência, impedindo a dispersão causada por diferentes formas de violência é fundamental para o sucesso da luta na conquista da terra.

Salvar a ocupação, com a transferência das famílias para fora do latifúndio, garantido sempre um lugar para o acampamento, faz parte da lógica da resistência. Quando acontece o despejo - essa palavra que também significa livrar-se de estorvo, em que as pessoas são tratadas como coisas num ato de violência legitimada pela judicialização da luta pela terra (Fernandes, 1997; Moreyra, 1998) - as famílias transferem o acampamento para outras áreas, como por exemplo às margens das rodovias ou para terrenos cedidos pelas prefeituras ou por outras instituições. Quando são despejadas das margens das rodovias, montam acampamentos dentro de assentamentos próximos, esse território dos sem-terra, expressão da conquista na luta e resistência.

A sustentação dos acampamentos é uma forma de pressão para reivindicar o assentamento. E essa é uma prática do MST, garantir o acampamento até que todas as famílias sejam assentadas. Para os outros movimentos, essa prática não é tão permanente. Muitas vezes negociam com o governo o assentamento e acreditando nas promessas, as famílias retornam para seus municípios. De modo que, evidentemente, a maior parte dos assentamentos não se realiza. Também, muitas famílias que permanecem acampadas desistem por uma série de motivos, principalmente pela falta de perspectiva e pela violência dos despejos e dos jagunços

Na política de implantação de assentamentos rurais do governo federal, os acampamentos (e as famílias participantes nos trabalho de base que estão se mobilizando para ocupar) são também uma forma de pressão e uma contribuição dos sem-terra para a realização do cadastramento das famílias beneficiárias, bem como para intensificar a arrecadação das áreas. Essa é uma prova insofismável que as ações dos governos federal e estaduais derivam das ações dos movimentos sociais. O acampamento é espaço de luta e resistência no processo de espacialização e territorialização da luta pela terra. Entre o tempo de acampamento e a conquista do assentamento (que configura a territorialização), desenvolve-se a espacialização. Uma forma é por meio das romarias, das caminhadas ou marchas.

A marcha é uma necessidade para expandir as possibilidades de negociação, para gerar novos fatos. Em seus ensinamentos, por meio de suas experiências, os sem-terra tiveram diversas referências históricas. Alguns exemplos utilizados na mística do Movimento são: a caminhada do Povo Hebreu rumo à terra prometida, na luta contra a escravidão no Egito; a caminhada de Gandhi e dos hindus rumo ao mar, na luta contra o imperialismo inglês; as marchas das revoluções mexicana e chinesa entre outras⁶. Dessa forma, os sem-terra ocupam a terra, espaços de prédios públicos, espaços políticos diversos para denunciar os significados da exploração e da expropriação, lutando para mudar suas realidades.

4 - A ocupação como forma de acesso à terra

Em pouco mais de duas décadas de luta, a ocupação tornou-se uma importante forma de acesso à terra. Aproximadamente 77 % dos assentamentos implantados nas regiões Sul e Sudeste, nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, e nos estados do

⁶ - Ver a respeito: Stedile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 149-155.

Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, no período 1986 – 1997, foram originados por meio de ocupações de terra, conforme pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 - 1986/1997 -Número de assentamentos segundo a origem

ESTADO	ORIGEM OCUPAÇÃO PELOS SEM-TERRA	ORIGEM PROJETO DO GOVERNO	SEM INFORMAÇÕES
Rio Grande do Sul	159	0	0
Santa Catarina	94	6	2
Paraná	158	22	4
São Paulo	79	4	0
Rio de Janeiro	45	3	0
Espírito Santo	32	3	0
Minas Gerais	80	16	0
Mato Grosso do Sul	22	25	7
Goiás	63	23	31
Ceará	92	89	4
Alagoas	21	7	6
Sergipe	28	12	0
Pernambuco	106	22	0

Fonte: DATALUTA, 1998.

Evidente que a interpretação desses dados está associada às análises feitas desde os processos de espacialização e territorialização dessa luta, da qual o MST participou e participa intensamente. Quando o governo federal afirma ter assentado centenas de milhares de famílias, na verdade, essa realidade foi construída predominantemente por causa pressões resultantes das ocupações de terra, principalmente nas regiões Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul.

Desde 1995 até abril de 1999 foram implantados 2.750 assentamentos com 299.323 famílias. No entanto, ocorreram 1.855 ocupações com 256.467 famílias, ou seja, proporcionalmente o número de famílias ocupantes representa 85% das famílias assentadas⁷. É importante destacar que parte do que o governo chama de assentamento são, na verdade, áreas de regularização fundiária de terras de posseiros.

Para a região Nordeste e Centro – Oeste, os índices de famílias ocupantes representam proporcionalmente 84% das famílias assentadas. Para as regiões Sul e Sudeste, representam 273% e 175%. Ou seja: 45.845 famílias lutaram pela terra na região Sul, enquanto o governo assentou 12.272. Das 44.225 famílias que lutaram pela terra na região Sudeste, os assentamentos implantados beneficiaram apenas 16.068 famílias. A maior atuação do governo aconteceu na região Norte, onde assentou e ou regularizou posses de 98.657 famílias⁸.

Conforme o quadro 1, o estado do Ceará é onde se localiza o maior número de projetos de assentamentos criados pelo governo. Esse dado é resultado, em grande parte, de políticas do governo estadual e da implantação dos Projetos Cédula da Terra e Banco da Terra. Todavia, esse dado não tem a mesma correspondência nos estados de Pernambuco e Minas Gerais, onde o Projeto também foi implantado. Ainda, nos estados da região Sudeste e Sul, onde estão localizados 24% do total de assentamentos

⁷ Ver a respeito, Fernandes, 2000.

⁸ Idem.

implantados até junho de 1999, em torno de 92% dos assentamentos foram originados de ocupações de terra.

Neste sentido, a luta pela terra impulsiona a política de assentamentos rurais do governo federal. Por essa razão é que questionamos: que reforma agrária? (Fernandes, 1998). Chamar de reforma agrária essa realidade é interpretá-la na linguagem do Estado, das classes dominantes. De fato, os assentamentos implantados são resultados da luta pela terra, que têm contribuído para a efetivação da política de assentamentos rurais. E a isso, muitos chamam incorretamente de reforma agrária.

Por meio das análises realizadas até aqui, a questão agrária no Brasil está longe de ser resolvida, enquanto for tratada como políticas compensatórias. A luta pela democratização do acesso à terra vem crescendo como demonstramos nesse trabalho. A estrutura fundiária ainda permanece concentrada e cresce o número de sem-terra, principalmente pelo aumento do desemprego. Conforme pesquisa recentemente realizada por Gasques e Conceição, 1999, considerando como público potencial para a reforma agrária: pequenos proprietários⁹, arrendatários, parceiros, ocupantes e assalariados, tendo como referências os dados do Censo Agropecuários de 1995/1996, esse autores chegaram ao número de 4.514 mil famílias. A partir desse dado, os pesquisadores estimaram a área necessária para o assentamento, tendo como referência o módulo em hectares da propriedade familiar, em torno de 160 milhões de hectares. No período 1979 a junho de 1999, foram assentadas 475.801 famílias. Ou seja, o equivalente a 10.5% do público potencial, enquanto a área equivale a 14%.

Sem a perspectiva da realização de uma política de reforma agrária que acelere esse processo, a luta pela terra continuará se desenvolvendo por meio das ações das famílias sem-terra. Assim, a ocupação da terra tornou-se uma forma de acesso à terra no Brasil. E por meio dos processos de espacialização e territorialização, os trabalhadores constroem as condições básicas de suas existências, no processo de formação do campesinato brasileiro.

5 – A reação do Governo Fernando Henrique Cardoso.

As políticas governamentais têm estado a reboque das ações dos movimentos camponeses. Embora, o governo Fernando Henrique Cardoso tenha implementado uma política de assentamentos rurais, de fato não conseguiu diminuir o aumento das ocupações de terra. No campo do enfretamento, o governo compreendeu que não conseguiria superar as condições de conflitos construídos pelos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Portanto, era preciso construir políticas que impedissem a expansão desses processos.

Ainda, na década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais e conseqüentemente do desemprego estrutural as ocupações de terra se intensificaram, passando de 11 mil famílias em 1991, para 79 mil famílias em 1999. Assim, a luta pela terra cresceu e dela começaram a participar também os trabalhadores urbanos desempregados. São, em grande parte, famílias que nas décadas passadas foram expulsas da terra e que agora sem perspectivas de trabalho na cidade, procuram nos assentamentos rurais as condições dignas de vida.

O governo sempre tratou a questão com políticas compensatórias, implantando assentamentos onde os sem-terra ocupavam os latifúndios. Desde 1997, por meio de acordos com o Banco Mundial, o governo tem criado políticas de compra e venda de

⁹ - Pequenos proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão do módulo da propriedade familiar.

terra, que foram nomeadas de Cédula da Terra e Banco da Terra. Também criou a “*reforma agrária pelo correio*”, na tentativa de desmobilizar os movimentos sociais, tentando acabar com os trabalhos de base e as ocupações. Todavia, essas políticas não foram suficientes para desconcentrar a estrutura fundiária. Na realidade, o que assistimos é um processo de implantação de assentamentos rurais simultaneamente a intensificação da concentração fundiária, como pode ser observado nos censos agropecuários. Na tentativa de controlar a questão agrária, impedindo o crescimento das ocupações de terra, o governo também tem criado medidas provisórias para criminalizar os sem-terra, não desapropriando terras ocupadas, por um período de dois anos, e não assentando as famílias que participam de ocupações.

Essa política torna ainda mais fortes as classes dos proprietários e dos capitalistas, já que implica em tentar acabar com as ocupações por meio da criminalização dessa ação com a judicialização da luta pela reforma agrária¹⁰. Também, em parte, o governo abriu mão de sua competência e mercantilizou a questão da terra, beneficiando ainda mais os latifundiários, que passam a receber em dinheiro e à vista, fortalecendo-os e enfraquecendo os trabalhadores. Nesse sentido, o governo criou uma enorme desigualdade nas negociações políticas, já que dessa forma é o mercado que passa a ser a condição de acesso à terra e não mais as ações dos trabalhadores e a intervenção do Estado.

Dessa forma, a implantação de assentamentos - resultados das ocupações de terra - a regularização fundiária das terras de posseiros e as terras compradas estão sendo denominadas de “reforma agrária” pelo governo e por alguns cientistas que fazem parte de seu grupo de *intelligentzia*.

Para se falar em reforma agrária é preciso que exista – *de fato* - uma política nesse sentido, um plano com objetivos e metas para a desconcentração fundiária. O governo tem tentado solucionar conflitos no campo com algumas desapropriações e com compra de terra, respondendo às pressões das famílias sem-terra. Se as famílias não ocuparem a terra, não há assentamento. Ao denominar a atual política de assentamentos de reforma agrária, ignora-se a história da luta pela terra e respectivamente os seus protagonistas. Ainda, ao mesmo tempo em que uma família é assentada, pelo menos duas são expropriadas ou expulsas. E mais, a supervalorização das desapropriações, muitas vezes, possibilita ao latifundiário adquirir uma área maior do que a que foi transformada em assentamento. Dessa forma, a implantação dos assentamentos cresce simultaneamente à concentração fundiária. Portanto, solucionar a posse é regularização fundiária. Assentamento implantado como resultado de ocupação é luta pela terra. Essas políticas e as compras de terra não são reforma agrária.

Manter o caráter da reforma agrária como política pública para a democratização do acesso à terra, com a desapropriação e penalização dos latifundiários, de acordo com a Lei, é uma questão de demarcar territórios teóricos e políticos. Porque o debate hoje, não é o de não assentar as famílias sem-terra, mas da forma como vão ser assentadas. Podemos compreender assim, que a questão da reforma agrária vai perdendo força ao mesmo tempo em que outras políticas ocupam esse espaço, como o Banco da Terra, e são denominadas de reforma agrária. Assim, o conceito foi banalizado e tudo se tornou reforma agrária. Nesse contexto, na mídia em geral, o governo faz propaganda afirmando que está fazendo uma coisa, enquanto faz outra.

Da mesma forma como o governo se apropria de conceitos e tenta transfigurá-los, também procura dominar espaços políticos, como por exemplo no estabelecimento de políticas públicas. Nesse espaço acontecem importantes embates entre o Governo e o

¹⁰ A respeito do processo de judicialização, ver Fernandes, 1997.

MST. Por sua lógica, os sem-terra procuram participar de todo o processo de luta. Assim, as políticas geradas pelo Governo em qualquer setor do desenvolvimento dos assentamentos são um espaço importante para ser ocupado. Isso significa trabalhar para o avanço de seus princípios, lutar e construir novas experiências. O desafio do Governo é impedir que os sem-terra participem dessa forma. O seu objetivo é fazer com que o seu programa não seja apropriado politicamente pelo MST. Foi por essa razão que o governo acabou com o PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária, e com o programa de assistência técnica - Lumiar. Sem nenhuma outra proposta, deixou milhares de agricultores sem assistência técnica, porque esse programa estava servindo para fortalecer os trabalhadores.

O objetivo do governo com o seu programa é controlar a luta dos trabalhadores rurais em um determinado espaço político, *o espaço do capital*. Essa é uma ação estratégica do Governo, porque atinge princípios e tenta aniquilar os valores de uma instituição histórica que é o campesinato. As teses elaboradas pelo grupo de inteligentzia do governo que defendem a integração subserviente do campesinato ao capital contribuem para facilitar esse aniquilamento. Assim a expropriação dos trabalhadores rurais não é somente resultado da lógica desigual do capital, mas também das teorias que possibilitam a elaboração de políticas para ativar esse processo. Com essas políticas, o governo tornou-se o maior adversário do MST. Nesse enfrentamento entre governo e MST têm-se intensificado os conflitos no campo. E de forma selecionada. Somente no ano 2000, o MST sofreu em torno de 180 processos e 10 militantes forma mortos. A partir uma análise qualitativa, observa-se que a violência no campo brasileiro está centrada nos que lutam pela terra e contra o projeto do Governo. Essa realidade efetivamente fez com que diminuíssem os números das ocupações, do que o Governo tanto se vangloria. Mas, é importante destacar que a diminuição das ocupações está relacionada com a intensificação de diferentes formas de violência e da criminalização dos sem-terra, com a cerca da judicialização.

Na luta pela terra, a ocupação é uma comprovação que o diálogo não é impossível. Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a público e iniciam as negociações, os encontros com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a reforma agrária.

A luta contra o capital é uma forma de resistência dos camponeses. Para romper com essa perspectiva, o governo procura tratar a questão agrária exatamente no campo do inimigo: o território do capital. Tenta destruir, assim, as formas de luta dos sem-terra, exatamente na dimensão política da luta pela terra¹¹. Isso significa a exclusão política que pode resultar na intensificação da luta e ou na subserviência dos movimentos sociais do campo, o que pode reprimir ou eliminar a organização dos trabalhadores. Esse momento coloca em questão, mais uma vez, a resistência dos movimentos camponeses. Em diversos momentos de nossa história foram criadas, pelo governo e pela elite, formas para destruir o movimento camponês. Assim como aconteceu com Canudos, com as Ligas Camponesas, hoje há uma nova forma política. Aceita-se o campesinato, desde que ele se aceite como outro, em seu “destino” de subordinação.

Esses novos elementos da questão agrária nos colocam desafios. Ainda não se tem uma análise mais profunda dos problemas e dos impasses gerados. No próximo ano, serão comemorados 20 anos das lutas da Encruzilhada do Natalino¹², quando o MST

¹¹ Interessante como alguns membros do governo procuram enfatizar que é preciso “despolitizar” a reforma agrária. Traduz-se nesse discurso a politização do programa do governo.

¹² Ver a respeito, Fernandes, 2000.

estava em gestação. Na resistência que possibilitou rasgar o cerco do então coronel Curió, a mando do general Figueiredo, está o sentido da luta camponesa. Das formas de resistência serão colhidas as experiências e as lições que permitirão romper com as novas cercas que hoje estão sendo construídas.

Bibliografia

- Fernandes, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Fernandes, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. In *GEOUSP – Revista de pós-graduação em Geografia*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1997, p. 35-9.
- Fernandes, Bernardo Mançano Fernandes. Que Reforma Agrária ? In *A Questão Agrária na Virada do Século. Vol. II – Mesas Redondas*. XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 1998.
- Fernandes, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2.000.
- Gasques, José Garcia. Conceição, Júnia Cristina P. R. da. *A Demanda de terra para reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: www.dataterra.org.br, 1999.
- Hobsbawm, Eric. *Pessoas Extraordinárias*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- Kautsky, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.
- Lênin, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985
- Martins, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Moreyra, Sérgio Paulo. As novas caras da violência no campo brasileiro. In *Conflitos no campo – Brasil 97*. Goiânia: CPT, 1998, p. 7-21.
- Oliveira, Arioaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- Stedile, João Pedro e Fernandes Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- Thompson, Edward H. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Thompson, Edward H. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.